

PARTICIPAÇÃO CÍVICA

Tomada de Posição - 2025

Participação Cívica

O conceito de participação cívica é amplo e ultrapassa um âmbito de ação meramente focado no campo político. Embora tangentes e, por vezes, simultâneos, a participação cívica distingue-se da participação política por abarcar um espectro maior de ações e atitudes. Para o propósito desta tomada de posição, entende-se a participação cívica como o conjunto de actividades na comunidade local, política ou na própria sociedade, dentro do contexto do próprio país, que inclui a participação em grupos ou organizações formais e informais, acções individuais e actividades voluntárias e actividades políticas que visam proporcionar melhorias ao nível do ambiente local, social ou nacional. Por este motivo, em termos práticos, o conceito é capaz de abarcar ações e atividades com uma larga variabilidade em matéria de recursos, alcance, impacto e escala (ver Tabela 1).

Actividades	Part. Cívica	Part. Política
Participação eleitoral (voto)		X
Participação eleitoral (candidatura)		X
Filiação em partido político		X
Participação em campanhas eleitorais		X
Doação a partidos políticos		X
Persuadir outros a votar		X
Protestos, manifestações, marchas		X
Assinar petições		X
Cartas/E-mails para políticos		X
Cartas/E-mails para meios de comunicação		X
Redes sociais para aderir a grupos políticos		X
Usar sinais de apoio a causa política		X
Distribuir panfletos acerca de causas políticas		X
Escrever murais de apoio a causas políticas		X
Filiação em organizações de lobby		X
Assistência informal ao bem-estar da comunidade	X	
Solução de problemas comunitários	X	

Filiação em organizações não-políticas	X	
Serviço comunitário escolar	X	
Trabalho voluntário organizado	X	
Tradução de formulários para falantes não-nativos	X	
Doação para instituições de caridade	X	
Angariações de fundos para causas locais	X	
Activismo de consumidor (e.g. boicotes)	X	
Acompanhar meios de comunicação e assuntos políticos	X	X
Conhecimentos, valores e habilidades políticas e cívicas	X	X
Compreender as instituições políticas e cívicas	X	X
Opiniões e atitudes face a questões políticas e cívicas	X	X

Tabela 1. Exemplos de formas de participação cívica e política (inclui actividades de âmbito convencional e não-convencional)¹.

Por consequência, as dinâmicas de participação cívica são impactadas por várias ordens de fatores. Em primeiro lugar, contam-se os factores estruturais, como as características da população ou do próprio país, a nível histórico, económico, social ou político-institucional; secundamente, aspectos demográficos como o estatuto sócio-económico ou relações e equilíbrios étnicos, de género, ou geracionais também desempenham um papel significativo a este respeito; por fim, as dinâmicas de participação cívica são igualmente influenciadas por factores sociais, onde se incluem o contexto familiar, profissional e educativo, a par dos meios de comunicação social e do papel desempenhado por instituições ou organizações políticas².

Neste sentido, considerando a abrangência do conceito de participação cívica e das ações que implica, assim como o benefício que gera para as comunidades em que os jovens estão envolvidos, o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) ressalva a necessidade de garantir as condições para que todos os jovens se sintam capazes de participar na vida cívica e política. Para tal, é essencial promover a capacidade de ação e intervenção política dos jovens nos espaços onde atuam, desde as escolas e universidades ao meio profissional, a par de facilitar e fomentar o conhecimento das instituições que representam os cidadãos, dado que a mensagem institucional se encontra frequentemente desligada do *cidadão comum*.

¹ Adaptado a partir de Barrett, Martyn, e Ian Brunton-Smith. "Political and Civic Engagement and Participation: Towards an Integrative Perspective." *Journal of Civil Society* 10(1) (2014): 5–28.

² Barrett, Martyn, e Ian Brunton-Smith (2014).

Por um lado, é crucial dar a conhecer o funcionamento das estruturas e direitos laborais (nomeadamente, os sindicais), com particular atenção sobre os maiores entraves à participação cívica, onde se contam as questões dos contratos precários e dificuldades de progressão na carreira. A literacia sobre estes direitos é, portanto, uma ferramenta importante para que os jovens se possam defender e lutar pelas suas reivindicações e direitos.

Por outro lado, no seio escolar e universitário, os entraves à participação cívica passam, muitas vezes, pela ausência de respeito institucional pelos direitos estudantis. A sua limitação revela-se ao nível de programas, campanhas e ações de estudantes, coarctando a sua capacidade de intervenção e restringindo - ainda mais - o seu papel cívico. O alargamento dos mecanismos de participação democrática e a introdução de novos modelos de gestão nas escolas são potenciais caminhos para fomentar a participação cívica no seio das instituições, apelando à inclusão e integração de um maior número de jovens em cargos de gestão e deliberação.

Atendendo à dimensão europeia e às oportunidades de participação que a União Europeia (UE) também preconiza, destaca-se igualmente a necessidade de promoção da literacia europeia, a partir do financiamento de associações que difundam os valores da UE, enquanto medidas necessárias para fortalecer a informação e combater a desinformação.

Considerando igualmente a importância da Escola como ambiente propício para a formação de cidadania e da conscientização do indivíduo, salientamos a necessidade da promoção da literacia democrática (instituições políticas, funcionamento de uma junta de freguesia, diferença entre Lei e Decreto-lei e outros normativos, leitura crítica de um jornal, entre outras) a par da financeira (como preencher o IRS, “recibo-verde”, diferentes modalidades de contrato de trabalho, entre outras), de modo a preparar os jovens para o exercício da cidadania plena e para a vida ativa.

De forma paralela – i.e., sem excluir a tónica nos meios estudantis, associativos ou profissionais –, também se destaca a relevância de projetos de fomento da participação cívica, como as iniciativas do Parlamento dos Jovens ou do Jovem Autarca, em vários municípios nacionais. Estes projectos revelam-se importantes por permitirem uma primeira experiência de envolvimento e um estímulo ao desenvolvimento de um olhar crítico sobre a sociedade. Todavia, sem esquecer que a democracia não deve ser entendida como mera ligação institucional, mas como uma vivência ampla e permanente (que exige experiências práticas em todas as suas vertentes), o CNJ enfatiza a importância da participação direta em órgãos de gestão e decisão. Esta premissa traduz-se na necessidade de alargar a visão democrática para incluir campos extra-institucionais, permitindo que a experiência democrática se manifeste plenamente.

Por fim, outros meios para a consciencialização cívica dos jovens incluem a utilização de redes sociais e de vias de comunicação, como podcasts. Estes meios

têm um papel benéfico por permitirem que a informação alcance diferentes públicos-alvo, mas torna-se crescentemente essencial garantir a validação da informação veiculada de forma independente. Em particular, é vital promover a literacia enquanto combate

às diferentes formas de desinformação e, em simultâneo, como veículo para a consciencialização de direitos laborais, estudantis e cívicos.

Pelo supramencionado, o Conselho Nacional de Juventude compromete-se a:

1. Promover a literacia em direitos laborais (nomeadamente, os sindicais) e estudantis.
2. Promover a literacia para os media, democrática e financeira.
3. Desenvolver campanhas de informação sobre o funcionamento das instituições políticas, nomeadamente daquelas com funções representativas.
4. Defender o alargamento dos mecanismos de participação democrática nas escolas, universidades e no meio laboral.
5. Fomentar projectos de participação cívica, na senda de iniciativas existentes (e.g. Parlamento dos Jovens, Jovem Autarca).
6. Financiar e promover iniciativas educativas e associativas que promovam a literacia europeia e o conhecimento dos valores da UE.
7. Promover a criação/ desenvolvimento de um selo de qualidade que possa validar a relevância e veracidade da informação, garantido que os jovens têm acesso a conteúdos verificados e confiáveis.

